

Actividade económica acelera nos Açores

A actividade económica está a acelerar nos Açores, com crescimentos em relação ao período da pré-pandemia, segundo revelou ontem o SREA.

Com efeito, em Abril de 2023, o Indicador de Actividade Económica (IAE) apresentou um aumento de 2,7%, face ao mês homólogo do ano anterior.

Este valor, embora represente uma desaceleração em relação ao mês anterior, continua a ser superior aos valores observados no período pré-pandemia (2019), como é visível no quadro e gráficos aqui publicados.

Na análise dos resultados deve-se ter presente que o IAE não pretende medir a variação infra-anual do PIB, mas sim retratar o estado geral da economia.

Assim, deve-se reter, sobretudo, informação sobre a evolução em termos de acelerações, desacelerações e pontos de viragem e não o seu valor.

A revisão dos valores dos meses anteriores deve-se à atualização dos valores de algumas das séries de refe-

rência e aos ajustamentos decorrentes do tratamento da sazonalidade.

Consumo Privado também aumenta

No mês de Abril de 2023 o Indicador do Consumo Privado para os Açores (ICP-Açores) registou, em termos homólogos, um acréscimo de 2,7%, verificando-se um decréscimo de 0,3 pontos percentuais em relação ao valor revisto do mês anterior.

A informação disponível revelou taxas de variação homólogas positivas em grande parte das séries que constituem o ICP-Açores, com maior intensidade nas séries dos Transportes marítimos, Transportes aéreos e Automóveis novos ligeiros de passageiros vendidos.

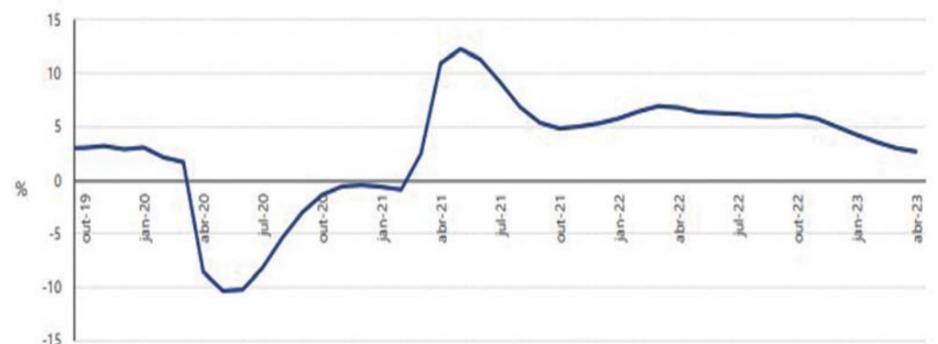
Por outro lado, verificaram-se variações homólogas negativas nas séries dos Transportes terrestres e dos Bens Alimentares vendidos no comércio a retalho.

Quadro 1 - Indicador de Actividade Económica (IAE) - Açores

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2019	1,8	1,8	2,0	2,1	2,1	2,0	1,9	1,7	1,6	1,2	1,6	1,8
2020	1,8	2,0	0,1	-3,1	-6,6	-7,4	-6,4	-5,1	-4,0	-3,1	-2,9	-2,7
2021	-3,3	-3,7	-2,0	-0,4	0,9	0,1	5,6	9,1	12,8	10,5	11,3	11,5
2022	11,9	13,3	13,6	14,4	12,9	11,1	8,0	5,1	3,6	3,0	2,7	2,8
2023	3,6	3,9	3,7	2,7								

unidade: %

Figura 1 - ICP-Açores em % (taxa de variação homóloga, média móvel de 7 meses).



Novo sistema de incentivos às empresas arranca em Julho

As candidaturas ao novo sistema de incentivos à iniciativa privada nos Açores, designado por Construir 2030, vão abrir em Julho, prevenido cerca de 360 milhões de euros de apoios às empresas, anunciou o Governo açoriano.

“Até ao final deste mês, será aprovado todo o quadro regulamentar do novo sistema de incentivos, o Construir 2030”, disse o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Duarte Freitas, durante um debate de urgência, no Parlamento açoriano, reunido na Horta, sobre investimento público, suscitado pelo Bloco de Esquerda.

Segundo o governante, o aviso de abertura desse programa de apoio à iniciativa privada sairá no decorrer do mês de Julho, data em que se prevê também a finalização do anterior programa, o Competir Mais, para evitar que se verifiquem “paragens” no investimento.

Duarte Freitas anunciou ainda que o programa de recapitalização das empresas açorianas, previsto no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), há muito aguardado pelos empresários da Região, será apresentado na sexta-feira em Ponta Delgada, contemplando apoios no valor total de 125 milhões de euros para os empresários regionais.

“Ultrapassada a inércia da anterior gestão do Banco de Fomento, conseguimos desenhar um sistema - o Capital Participativo Açores - que será divulgado na Sexta-feira”, realçou o titular das pastas das Finanças no arquipélago.

O governante garantiu também que a Região pretende “triplicar” a execução anual de fundos comunitários na Região, em comparação com os nú-



meros verificados durante a gestão do anterior Executivo socialista.

“Entre 2014 e 2020, o Orçamento Regional executou, em média, 67 milhões de euros de receitas de fundos comunitários por ano. Em 2022, foram 98 milhões e a partir deste ano, serão, em média, cerca de 200 milhões de euros”, justificou Duarte Freitas.

António Lima, líder parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia Legislativa dos Açores, entende que os investimentos públicos na Região não têm sido bem aplicados, dando como exemplo, o sector do turismo, onde são aplicadas a maioria das verbas vindas da Europa.

“Os resultados já estão à vista: uma Região cada vez mais dependente do turismo, com os riscos que lhe são inerentes, como a pandemia nos provou”, referiu o deputado bloquista, lamentando que os Açores sejam “a região mais desigual do país”, onde a riqueza não é distribuída equitativamente e que “não sai do fundo dos indicadores de pobreza do país”.

António Lima denunciou, por outro lado, a existência de um alegado “mistério” em torno de uma verba que ronda os 40 milhões de euros, destinada a capitais de risco, “que ninguém sabe de quem são e o que farão com

estas verbas”, exigindo, por isso, explicações ao Governo de coligação.

Duarte Freitas explicou que a “pouca abertura dos empresários portugueses e açorianos” em relação ao capital de risco obrigaram a região a abandonar esta opção, privilegiando as micro, pequenas e médias empresas, que representam cerca de 98% do tecido empresarial regional.

Durante o debate parlamentar que se seguiu, os partidos da oposição (PS, BE e PAN), não pouparam críticas à fraca execução de fundos comunitários nos Açores, desde que o Governo liderado pelo social-democrata José Manuel Bolieiro iniciou funções (Novembro de 2020).

Os partidos que formam o Governo (PSD, CDS-PP e PPM), justificam os alegados atrasos com a redução do investimento da República na Região e destacam outras opções do Executivo açoriano, que também tiveram impactos positivos na economia regional, como a redução de impostos e das tarifas inter-ilhas da SATA.

O Chega e a Iniciativa Liberal reconhecem que é preciso “fazer mais e melhor”, tanto em matéria de execução orçamental, como em matéria de investimento público futuro.

Aprovado o novo programa estratégico de gestão de resíduos

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprovou Quarta-feira o Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+), apresentado pelo Governo Regional dos Açores.

O Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Alonso Miguel, afirmou que “a política de gestão de resíduos representa um enorme desafio, especialmente complexo numa realidade arquipelágica e ultraperiférica como a dos Açores, exigindo, como tal, uma estratégia robusta e bem definida, alicerçada nos princípios da sustentabilidade e da economia circular e em respeito pela hierarquia da gestão de resíduos”.

“Damos cumprimento a mais um compromisso assumido no âmbito do Programa de Governo para esta legislatura, com a apresentação desta proposta, que concretiza a revisão do PEPGRA, contemplando alterações resultantes de aspectos identificados nas avaliações intercalares, promovendo a adaptação às actuais condições económicas, sociais e ambientais da Região e conformando a legislação regional com o atual quadro normativo da União Europeia, no domínio da prevenção e gestão dos resíduos”, disse o governante, durante o debate parlamentar.

O PEPGRA 20+ aposta em três objectivos estratégicos: a prevenção da produção de resíduos e os seus impactes no ambiente; a promoção da gestão integrada e sustentável dos resíduos; e a promoção da eficiência na utilização de recursos, contribuindo para uma economia circular.